

Traduções em diálogo

Ladjane de Souza – PGET/UFSC

ladjane_souza@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo promove um diálogo entre os teóricos Arrojo (1992, 1993, 1997), Bakhtin (1997) e Nord (1991), com a intenção de re-situar o modelo de análise textual de Nord, segundo as visões de tradução como paradigma de qualquer intercâmbio lingüístico e de texto como enunciado inserido numa cadeia de textos que dialogam entre si segundo uma intenção específica de quem fala ou escreve. Tomando então o roteiro proposto por Nord, dentro deste horizonte teórico, entramos num outro diálogo com dois textos que, embora produzidos e publicados em línguas/culturas distintas, podem ser considerados *traduções* de um mesmo fato noticioso, ou seja, elos da mesma cadeia de textos. Dada a noção de que não só o significado mas os próprios sujeitos se constituem no diálogo entre textos-enunciados, nosso objetivo, neste segundo diálogo, foi o de acompanhar nos textos o jogo entre imagens do “eu” e do “outro”. Pudemos observar não só como cada texto mobiliza recursos lingüísticos com vistas à obtenção de determinado efeito sobre o leitor, mas também como por vezes as palavras, que segundo Bakhtin “não pertencem a ninguém”, põem por terra tais intenções.

Palavras-chave: tradução, desconstrução, dialogismo, funcionalismo, significado, enunciado, análise de texto.

ABSTRACT

This article promotes and joins a *dialogue* between the theoreticians Arrojo (1992, 1993, 1997), Bakhtin (1997) and Nord (1991), with the aim of evaluating Nord’s text analysis model against the views that translation is a paradigm of what happens in any linguistic exchange, and that texts are utterances produced within a big and complex text chain according to specific intentions of the utterers. Then, bringing along Nord’ road map, this article joins another dialogue between two texts which although produced and published in different languages/cultures are taken as *translations* of the same *fact*, therefore links of the same chain. Our specific aim here is to watch the constitutive interplay between the “I” and the “other(s)” in these texts/utterances. We could observe how each text mobilizes linguistic resources in order to achieve an intended effect and how it is sometimes betrayed by the words, which as Bakhtin affirms, “belong to no one”.

Key-words: translation, deconstruction, dialogism, functionalism, meaning, utterance, text analysis.

Diálogo com *traduções* de teorias

Neste artigo, tomaremos a idéia de que “wherever and whenever we enter into the speech of someone else, or our own past speech, we are translating” (Vossler citado por Brandist, 1995: 1) como horizonte teórico no qual situar um modelo de análise textual – aquele proposto por Nord (1991), bem como uma prática de leitura de texto. Partimos, portanto, da visão de tradução como “modelo do que ocorre em qualquer intercâmbio lingüístico” (Arrojo, 1993:66), decorrente da idéia de que

(...) o significado não se encontra preservado no texto, nem na redoma supostamente protetora das intenções conscientes de seu autor, tampouco nasce dos caprichos individualistas de um leitor rebelde; o significado se encontra, sim, na trama das convenções que determinam, inclusive, o perfil, os desejos, as circunstâncias e os limites do próprio leitor. (Arrojo, 1992:39)

Ora, se não existe um significado preservado no texto, podemos afirmar que nosso destino inescapável é o de sermos *tradutores*, isto é, o de construir textos a partir de outros textos, alheios a qualquer origem absoluta, forjando nossa identidade no diálogo através da linguagem e com a linguagem:

no início de todo intercâmbio lingüístico – em qualquer língua, entre duas línguas, ou entre dois ou mais sistemas de signos – há um leitor, ou um “receptor”, que inevitavelmente se apropria do significado do outro e o traduz para o seu próprio “idioma”, para aquilo que o constitui também enquanto linguagem. Da mesma forma será o “outro” para aquele que com ele embarca nesse jogo de “fazer sentido”: dois estrangeiros, dois outros, dois tradutores que jamais recuperam a “essência” do significado um do outro, mas que se comunicam – se traduzem – apenas e exclusivamente no espaço do acordo mútuo em que estabelecem que o diferente e o diferido pode estar semelhante e presente. (Arrojo, 1993:59)

Já em meados do século passado, Bakhtin apontava para uma tal visão de tradução – para ele, “all communication is, in a sense, translation” (Brandist, 1995: 1). Tal conclusão parece óbvia diante da sua afirmação de que

as palavras da língua não são de ninguém, porém, ao mesmo tempo só as ouvimos em forma de enunciados individuais, só as lemos em obras individuais, e elas possuem uma expressividade que deixou de ser apenas típica e tornou-se também

individualizada (segundo o gênero a que pertence), em função do contexto individual, irreproduzível, do enunciado. (Bakhtin, 1997:312-13)

Para Bakhtin, o texto, “no sentido amplo de conjunto coerente de signos” (op. cit.: 329), é bipolar: pressupõe, de um lado, uma língua, isto é, “um sistema compreensível para todos”, que inclui “tudo quanto é repetitivo e reproduzível” (op. cit.: 331) e, de outro, seu caráter de enunciado, isto é, sua qualidade de elo na cadeia de textos em permanente diálogo intra e intertextual. Este segundo pólo, em que se encontra o autor, torna o texto “único e irreproduzível”, vinculando-o “aos outros textos (irreproduzíveis) numa relação específica, dialógica (...)” (idem).

Podemos dizer então que é *traduzindo*, isto é, transformando as palavras do enunciado do outro em palavras do nosso próprio enunciado, que ingressamos no jogo criador da linguagem, que nada mais é do que a construção de textos que são *respostas* a textos anteriores, ou seja, textos que são *enunciados*, elos na “cadeia de textos”.

Porém, para o teórico russo, esse diálogo entre textos pressupõe não apenas a reação de um texto a textos anteriores, mas também a antecipação pelo texto de seus próprios textos-resposta.

a obra, assim como a réplica do diálogo, visa a resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa, e para tanto adota todas as espécies de formas: busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar uma apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc. A obra predetermina as posições responsivas do outro nas complexas condições da comunicação verbal de uma dada esfera cultural (op. cit.: 298)

Para Bakhtin, cada texto é construído com um “escopo intencional”, ou seja, a necessidade de se comunicar não é, pois, uma necessidade de comunicar qualquer coisa a qualquer um, não importando como nem quando. Ela integra um contexto cultural: todo ato de comunicação tem um propósito definido, um alvo pretendido como sua consequência direta.

o locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim dizer, apenas duplicaria seu pensamento no espírito do outro, o que espera é uma resposta, uma concordância, uma adesão,

uma objeção, uma execução, etc. A variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve. (op. cit.: 291)

Assim, cada texto está inserido numa cadeia de textos que dialogam entre si, *traduzindo-se* uns aos outros e postulando *traduções* futuras, segundo uma intenção específica de quem o produz.

Passemos então a examinar, sob esse prisma, a teoria funcionalista de Nord (1991), que também tem como base a idéia de um escopo intencional subjacente ao texto. A noção de tradução como sinônimo de *comunicação intercultural* utilizada por Nord seria, então, um subconjunto da visão de tradução como paradigma. Nord considera a tradução como parte de um ato de comunicação entre interlocutores de culturas distintas e, portanto, falantes de línguas distintas. Para ela, “being culture-bound linguistic signs, both the source text and the target text are determined by the communicative situation in which they serve to convey a message” (op. cit.: 7). Assim, cada texto (o fonte e o alvo) está inserido numa situação de comunicação independente. E, em cada uma delas, na instância produtora do texto, Nord faz uma distinção metodológica entre aquele que deseja o texto e que efetivamente o utiliza, visando determinado propósito comunicativo, e aquele que produz o texto segundo as instruções do primeiro. Na situação de comunicação do texto-fonte, temos, pois, o emissor e o produtor do texto-fonte, e na situação de comunicação do texto-alvo, o iniciador e o tradutor. Claro que há a possibilidade, apontada por Nord, de haver apenas um emissor/produtor, e um iniciador/tradutor, e mesmo de estes serem apenas um indivíduo, mas o que nos interessa neste trabalho é enfatizar as idéias de que, por um lado, tanto a produção do texto-fonte quanto a produção do texto-alvo são o resultado de *diálogos*, de negociações entre diversas vozes, cada uma delas projetando suas imagens daquele que receberá e que responderá ao texto criado; e, por outro lado, tanto a recepção do texto-fonte quanto a recepção do texto-alvo são pontos culminantes das situações de comunicação, uma vez que, segundo a própria Nord, é o receptor quem “define a função do texto”:

As a product of the author's intention, the text remains provisional until it is received by its recipient. It is the reception that completes the communicative situation and defines the function of the text: the text as a communicative act is “completed” by the recipient. (Nord, 1991:16)

Como a própria autora aponta, essa afirmação implica na idéia de que “a text can have as many functions as it has recipients”, inclusive quando o receptor é a mesma pessoa em épocas diferentes (op. cit.: 17). Para o teórico interessado em fornecer “padrões de avaliação” abrangentes, o problema, como definido por Nord, é que “if reception is absolutely dependent on individual conditions, there will be no chance whatsoever of finding evaluation standards which will take into account every single reception process” (id., 17). Para a autora, a única solução é *controlar*, por um lado, a *recepção* através de um modelo de análise “which covers all the relevant text features or elements”, e, por outro, a *produção* através de “stringent translation instructions, which clearly define the (prospective) function of the target text” (idem).

Antes de continuar a apresentação do modelo proposto por Nord, gostaríamos de analisar as citações acima. Em primeiro lugar, a recepção, enquanto parte de um intercâmbio lingüístico, não pode ser *absolutamente* dependente de condições individuais. Ela é recepção de algo, ainda que esse algo seja constituído através do diálogo que se estabelece entre o enunciado dado e o enunciado-resposta:

O estenograma do pensamento humano é sempre o estenograma de um diálogo de tipo especial: a complexa interdependência que se estabelece entre o texto (objeto de análise e de reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve (contexto interrogativo, contestatório, etc.) através do qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica ato de cognição e de juízo. Há encontro de dois textos, do que está concluído e do que está sendo elaborado em relação ao primeiro. Há, portanto, encontro de dois sujeitos, dois autores. (Bakhtin, 1997: 333)

Encontro de dois autores, ou, como já dissemos, de dois *tradutores*. Se, pois, a recepção é esse momento de encontro dialógico entre dois sujeitos, ela poderá ser, no máximo, um processo interindividual, mas não exclusivamente individual. Isso, porém, não abre a possibilidade de se chegar a um padrão universal de avaliação de traduções. Expressando seu desejo de encontrar padrões de avaliação universais, Nord reitera o desejo de toda uma tradição de teóricos da tradução, de Dolet e Tytler aos nossos dias (cf., Arrojo, 1997: 6), de encontrar e estabelecer leis universais para a tradução de textos. Um ideal explicitamente adotado nas abordagens “modernas” da tradução, nas quais “a science conceived of as a universal master narrative (...) would somehow put an end to whatever is “indeterminate”,

“anecdotal”, or “merely” local in any reflection in the area” (op. cit.: 8). Porém, dada a indeterminação do significado e a irreprodutibilidade do enunciado,

no single conception or law of translation can ever be unanimous, immortal or universal for the simple reason that it will always belong to a certain time and space and, thus, cannot avoid being a reflection of the circumstances, interests, and the priorities of those who formulate and accept it. (op. cit.: 10)

Além disso, a indeterminação do significado não só justifica a idéia da existência de 'tantas funções de um texto quantos receptores ele tiver', mas também implica na indeterminação dos próprios sujeitos do diálogo. Um princípio que se mantém constante nas várias versões do dialogismo em Bakhtin é o de que “o sujeito se constitui frente ao outro, num jogo de contraposições enunciativas” (Martins, 1990 : 26-27). Apesar de tamanha indeterminação, tanto o texto/diálogo quanto sua observação tornam-se possíveis graças ao “acordo mútuo em que [os participantes] estabelecem que o diferente e o diferido pode *estar* semelhante e presente” (Arrojo, 1993:59). Segundo Derrida, quando alguém escreve um texto, é como se abrisse uma “linha de crédito” para si mesmo, mas essa linha de crédito só será “assinada”, quer dizer, o crédito só será concedido ao autor pelo leitor que se dispuser a “escutá-lo e compreendê-lo” (Derrida, 1985:51, citado por Arrojo, 1993: 67). “O ouvido do outro fala de mim para mim e constitui o autos de minha biografia” (idem). Assim, o próprio modelo teórico e de análise proposto por Nord não passaria de uma intenção comunicativa se não fosse acolhido por uma comunidade de estudiosos da tradução. Sua intenção de fornecer instrumentos de controle e padrões de avaliação abrangentes precisa de quem lhe dê crédito e respostas. Eles são frutos da mesma fonte de desejos e intenções em que está a busca de “exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar uma apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores, etc” (Bakhtin, 1997: 298). Em sua busca de possibilitar o controle da recepção, Nord ofereceu um roteiro de leitura bastante extenso, que, no mínimo, precisará ser adaptado de acordo com o que cada diálogo entre receptor e texto determinar como características e elementos relevantes.

Vejamos então em que consiste o modelo de análise textual proposto por Nord. Elaborado para facilitar o acesso do leitor, seja ele tradutor iniciante, profissional ou crítico de tradução, aos elementos indicadores da *função* que o texto deveria preencher segundo a

intenção do seu iniciador, o modelo contempla, primeiramente, elementos extratextuais, como emissor, intenção, receptor, meio, tempo, lugar e motivo, a fim de se configurar a *função textual*, e, em seguida, elementos intratextuais, como tema, conteúdo, pressuposições, estruturação, elementos não-verbais, léxico, sintaxe e elementos supra-segmentais, a fim de se antecipar o *efeito* esperado do texto sobre seu receptor. Essa análise pode ser feita no texto de partida, anteriormente à tradução, ou no texto de chegada, com vistas a uma crítica da tradução.

Buscando situar o texto através de um modelo para análise de “any text with any translation *skopos*” (Nord, 1991: 41), Nord busca responder à pergunta: “What information on the various factors may be relevant to translation?” (idem). Ela passa em revista propostas de vários teóricos que poderiam ser consideradas respostas a tal pergunta e conclui que “a text cannot be analysed by a mere compilation of information details. We have to find the categories by which we conceive the world, which will apply equally to the world of a text, i.e., to its historical situation” (idem). Em seguida, ela aponta três aspectos fundamentais no “mundo” do texto: a) tempo e espaço, b) cultura e, c) a função comunicativa do texto.

Contrastando tais aspectos com a questão da indeterminação do significado, com a idéia de tradução como paradigma e com a idéia da existência de uma cadeia de textos que dialogam entre si segundo as intenções do emissor, teremos: a) tempo e espaço, não como categorias universais, mas como conceitos relativos (*traduções*) concebidos e compartilhados (praticados) por membros de uma comunidade, ou melhor, de uma b) cultura, através do diálogo que seus textos estabelecem entre si e com os textos de outras culturas, segundo certos interesses e intenções, ou seja, segundo a c) função comunicativa que cada indivíduo imprime a seu texto. Aqui a função comunicativa, apesar de projetada no texto pela intenção do *indivíduo* emissor e definida pelo efeito produzido em cada receptor *individual*, não é algo criado subjetivamente. Cultura e língua são inseparáveis, e cada língua tem seus “modelos” de texto-diálogo: “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (Bakhtin, 1997: 279). Assim, para expressar determinada intenção, o emissor lança mão de tais modelos, mas isso não torna seu enunciado uma reiteração de enunciados anteriores, pois,

o sistema da língua possui as formas necessárias (isto é, os recursos lingüísticos) para manifestar a expressividade, mas na própria língua as unidades significantes (palavras e orações) carecem, por sua natureza, de expressividade, são neutras. É isso que possibilita que elas sirvam de modo igualmente satisfatório a todos os valores, os mais variados e opostos e a todas as instâncias do juízo de valor. (op.cit.: 315)

Vemos, pois, que não há limites bem definidos: tempo e espaço, cultura e função comunicativa não são categorias universais, mas emergem a partir de vários diálogos entre “consciências”, entre “sujeitos”, eles mesmos se definindo através do diálogo. E se “o sujeito se constitui frente ao outro, num jogo de contraposições enunciativas” (Martins, 1990: 26-27), podemos dizer que tanto elementos como o emissor/autor, o iniciador/tradutor e seus receptores quanto as próprias ‘culturas’ e seus conceitos de tempo e espaço só se constituem frente ao(s) outro(s). Mesmo porque, na prática, o diálogo não se dá entre duas entidades abstratas chamadas culturas, mas sim entre “consciências” ou interlocutores que herdaram seus hábitos e comportamentos de determinada cultura.

E é segundo seu escopo intencional que o emissor faz suas escolhas sobre o pólo estritamente lingüístico do texto, especialmente aquelas relacionadas à imagem que ele tem de seu destinatário:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc.; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado. Esses fatores determinarão a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por fim, a escolha dos recursos lingüísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado. (Bakhtin, 1997: 321)

Para, então, levar um pouco mais adiante esse nosso diálogo com os textos de teóricos acima referidos, escolhemos realizar uma prática de análise textual, focalizando as imagens do eu e do outro que se constituem no texto enquanto elo de uma cadeia dialógica. Tomamos dois textos redigidos e publicados em línguas/culturas diferentes, mas que

podem ser considerados como *traduções* de um mesmo fato noticioso. Utilizaremos o modelo de Nord para mapear os elementos extra e intratextuais, a fim identificar os recursos lingüísticos usados pelos autores (consciente ou inconscientemente) para tentar assegurar o tipo de resposta esperado, bem como discutir o que a articulação de tais recursos tem a nos dizer sobre as imagens do eu e do outro que norteiam a construção do texto-diálogo.

Diálogo com *traduções de fatos*

Texto 1: *The Nicest Terrorist I Ever Met*

ELEMENTOS EXTRATEXTUAIS

Escrito por David Margolick (emissor) e publicado no “The New York Times”, <http://www.nytimes.com/> (meio), nos Estados Unidos/Internet (lugar), em 21/4/04 (tempo), este “editorial de opinião” tem a intenção de expor uma opinião pessoal sobre o assassinato do líder do grupo palestino Hamas, ocorrido em 17/04/2004 (motivo), postulando compartilhá-la com os leitores desse jornal (receptor) e, se possível, obter uma concordância.

Aparentemente nadando contra a corrente, o texto mostra um judeu americano (o “eu” autor) de uma certa maneira confraternizando-se com um inimigo de Israel (Rantisi), supostamente seu inimigo (o “outro”), tanto por sua filiação religiosa quanto pela ligação histórica entre Estados Unidos e Israel. Tal contradição, porém, se desfaz ao levarmos em conta: 1) a experiência do autor com esse gênero de discurso, 2) o perfil do meio no qual o texto é transmitido, 3) o público-alvo e 4) o contexto histórico. Com relação ao item 1, o artigo atual muito provavelmente guarda semelhanças com outros artigos escritos para a Vanity Fair, em que Margolick retrata personalidades como Benjamin Netanyahu e Billie Holiday. Apesar de desconhecermos tais artigos, sabemos que a Vanity Fair é uma revista

voltada para um público interessado na vida de celebridades e é talvez um tal público-alvo (itens 2 e 3) que o autor pretenda sobrepor ao do “The New York Times”. Ao aceitar esse artigo e não um outro intitulado “The Most Obnoxious Terrorist I Ever Met”, o editor do jornal mostra sua concordância com o posicionamento do autor frente ao contexto histórico-político. Quanto ao item 4, podemos dizer que a atitude de cautela, de contemporização adotada pelo autor no artigo reflete o abalo sofrido pela supremacia do país e a conseqüente perda da sensação de segurança do cidadão norte-americano após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. O texto não se mostra explicitamente a favor nem de quem sofreu a ação (o assassinado), nem de quem a executou (o assassino), mas deixa implícita a possibilidade do diálogo e da 'afabilidade', mesmo onde não se espera que isso ocorra. Assim, implicitamente, ele também *reprova* o ato, como também o reprovou a maioria dos artigos relacionados a esse fato publicados no mundo inteiro, alguns inclusive acusando os Estados Unidos, na figura de seu presidente, de ter dado o “sinal verde” para o assassinato. Não foram raras também as reportagens com fotos de multidões que acompanharam o funeral de Rantisi jurando vingança. Diante de tudo isso, a aparente contradição de uma harmonização de inimigos representada nesse artigo se desfaz, e a *intenção* do autor já não é apenas a de obter uma concordância com a tese do terrorista simpático, mas a de mostrar aspectos curiosos e insuspeitáveis da vida de alguém famoso, além de mostrar que o norte-americano não merece ser alvo de terroristas, pois ele é alguém afável (se até terroristas podem sê-lo!) e aberto ao diálogo.

ELEMENTOS INTRATEXTUAIS

Consideremos, agora, elementos como assunto, conteúdo, pressuposições, progressão temática e escolhas lexicais e sintáticas. Podemos dizer que o autor lança mão de *assuntos* como a visita/entrevista que fez ao Dr. Rantisi e o comportamento afável do entrevistado como principais evidências na defesa da tese (*conteúdo*) de que o estereótipo do terrorista agressivo, mal-educado, sem modos é equivocado.

O autor joga com certas *pressuposições*, como, por exemplo: “terroristas não são ou podem ser simpáticos e encantadores”; “eles moram em endereços secretos e vivem se mudando”; “eles não podem e não convivem com suas famílias – filhos, netos, etc.”; “eles não exercem

funções como as de professor e pediatra”. Tais pressuposições vão ser contestadas e é desse modo que se desenvolverá a *progressão temática* do texto. A primeira “imagem” oferecida ao leitor é a das circunstâncias em que ocorreu a entrevista feita pelo autor, no passado, ao então líder do grupo terrorista Hamas. Já no primeiro parágrafo são contrastados dois cenários: “a quiet and pleasant residential neighborhood”, onde morava Rantisi e onde se deu a entrevista, e “the pilots of any Israeli helicopters hovering nearby (...)”, este como algo premente e temido. E o parágrafo seguinte estende ainda mais tal temor, afirmando a “ubiquidade” e a “onisciência” dos israelenses, através de sua rede de informantes, responsável pelo assassinato de Rantisi, no presente. Outra imagem agora oferecida é a de milhares de palestinos se despedindo do líder morto. E o autor como que junta-se ao cortejo e relembra sua visita àquele que era “pediatrician by trade”. Sua descrição, ou sua construção de uma imagem favorável do suposto terrorista execrável prossegue através da comparação de Rantisi ao chefe de segurança da Autoridade Palestina e da exposição de seu modo de vida - quase equiparável ao de um ‘cidadão normal’: mantendo a serenidade, sem grandes preocupações com segurança, exercendo normalmente sua profissão de professor e morando com seus netos, apesar das ameaças de atentado. E aqui o autor já insere imagens de uma fuga para proteções subterrâneas, sobrevivência e, finalmente, o atentado fatal: “A small crater in a Gazan street undoubtedly marks the spot where he was hit”. É interessante notar o questionamento do emissor sobre si mesmo e sobre o que supõe ser o pensamento do outro sobre ele e a reversão de tais pressuposições pelo comportamento de um e outro quando colocados frente a frente. O ‘aperto de mãos’, aparentemente, opera o milagre da fusão de consciências e de vozes, e a tradução se faz desnecessária: “the interpreter became superfluous”. O discurso de Rantisi seduz não só o entrevistador, mas outros jornalistas presentes. Percebe-se daí até o final do artigo uma predominância da voz de Rantisi, dando sua interpretação da história, expressando sua visão e até fazendo previsões. Enquanto isso, o autor tenta manter sua própria consciência, separar-se de figura de Rantisi. Até que, na última frase, ele o consegue, retribuindo a ironia de seu entrevistado ao ‘desejar-lhe’ longa vida: “All I had to do was to stay off the wrong Israeli bus”.

Assim, ao longo do texto, o autor sobrepõe a imagem de alguém virtuoso à imagem do terrorista selvagem, cuja vida é planejar atentados e matar. Porém, a composição desse

retrato favorável, que dispensou inclusive o uso de fotografias, não seria possível sem uma escolha lexical cuidadosa. Por exemplo, o autor não se refere ao Hamas como um grupo terrorista, mas um grupo *militante*, ou uma *ala política*. As palavras usadas na comparação entre o chefe de segurança da Autoridade Palestina e Rantisi apontam a existência de “outros” e “outros”. Enquanto o chefe de segurança é *dapper*, segurando um *Marlboro* em sua mão *manicured*, servindo bebida requintada em seu *luxurious office*, Rantisi tem aparência *austere*, veste *drab street clothes* e *sandals*, e seu apartamento é também *austere*, além de *dimly lighted*, e nele, o único *accouterment* é um aparelho de fax. E as duas figuras são consideradas exemplos perfeitos (*epitomized*) das entidades que representavam. Sobreposições e contrastes aí nos foram sugeridos: “eu (americano)/Rantisi” tentando levar uma vida normal em nossas vizinhanças tranqüilas, enquanto os “outros” (poderosos em suas disputas políticas/religiosas), incluindo aqui não só os israelenses e sua rede de informantes, além de palestinos como o chefe de segurança, mas também “outros” norte-americanos, inseridos nesse contexto de asserção de poder econômico e combate ao terrorismo, implícitos na marca *Marlboro*.

Além do uso de certas palavras, o texto também lança mão da reiteração de expressões que ressaltam a simpatia de Rantisi: “there was a *surprising serenity* to him” (*serenity* aqui especialmente contrastado com *incendiary rhetoric*), “even killers can be *charming*”, “there was a *gentle affability* to Dr Rantisi”, “he sometimes even *laughed*”, “spoke English *softly, musically, imperfectly but painstakingly*”, “his reasoning was *seductive*”, “he *charmed* left-wing European journalists”, “he *laughed* almost *affectionately*”. Tal acúmulo de qualidades corrobora a convergência entre os interlocutores, que apontamos acima, até o ponto máximo em que ambos falam a mesma língua e o intérprete se torna supérfluo. Mas é exatamente nesse ponto culminante que um começa a se afastar do outro. Aspas (elemento supra-segmental) são usadas para demarcar essa separação entre os interlocutores, sinalizando uma discordância em “martyrdom bombings” e delimitando *as palavras do outro* no discurso direto: ““We are doing the same now that the French did to the Germans, and the Algerians to resist the French, and Vietnam to resist the Americans,” he said”. A própria situação em que ocorre a entrevista se define agora como um vácuo, um espaço esvaziado de realidade, o reverso de um espelho: “*Taken in a vacuum*, his reasoning was *seductive*”. O próprio “eu” se desequilibra entre ‘one’ e ‘us’: “*One* could see how he

charmed left-wing European journalists, including a crew of Englishmen there with *us*". O discurso torna-se indireto, definindo melhor um "ele" ao contrastar suas palavras com as de "most of the world": "To most of the world, *he* knew, occupation was what happened to the Palestinians in 1967, (...). The very word suggests temporariness, compromise. But *to him* and the organization he'd helped found, the occupation dated back not to 1967 (...), but decades before that (...)". Coincidentemente, o ressurgimento do "eu" – "me" no texto ocorre exatamente após a referência à eliminação de Rantisi e ao fato de que, com ela, suas teses sobre a força de resistência do Hamas seriam colocadas à prova. No último parágrafo, as duas instâncias que tentamos focalizar nesta análise (o "eu" e o "outro") estão definidas por semelhança (o uso da ironia) e por contraste espaciotemporal: uma no passado — "*he told me*" — outra no presente, contando a um "tu" (o leitor) a história de sua diferença e de sua sobrevivência — "*Imagine that: the future head of Hamas wishing me a long life. All I had to do was to stay off the wrong Israeli bus*".

Texto 2: *Em Legítima Defesa*

ELEMENTOS EXTRATEXTUAIS

Escrito por André Abrantes Amaral (emissor) e publicado no "The New York Times", "O Observador", www.observador.weblog.com.pt/ (meio), em Portugal/Internet (lugar), em 19/4/04 (tempo), este "blogue" tem a intenção de expor uma opinião pessoal sobre o assassinato do líder do grupo palestino Hamas, ocorrido em 17/04/2004 (motivo), postulando compartilhá-la com os leitores deste blogue (receptor) e, se possível, obter uma concordância.

O blogue, que, segundo Correia (2004), é uma adaptação da epistolografia à era da informática, não passa de um simples diário pessoal que é disponibilizado na Internet para quem se dispuser a ler. Qualquer um pode iniciar e manter um blogue, e, no site Weblog.com.pt, que hospeda o blogue "O Observador", a única condição é a obediência à legislação em vigor de Portugal e da União Européia. Ou seja, muito provavelmente, o autor é também seu próprio editor. Além disso, o projeto Weblog.com.pt não impõe a inclusão de *banners* publicitários, e seu alvo principal são os blogonautas portugueses.

Desse modo, aqui a esfera subjetiva assume um espaço ainda maior do que no caso anterior. Além do fato de que a liberdade de expressão não é tolhida por nenhuma ameaça direta de terrorismo, como no caso anterior. Um detalhe que já revela o posicionamento do blogue com relação à questão palestina é uma figura da bandeira de Israel ao lado da frase “I am a proud friend of Israel”, que está sempre na página principal, independentemente das notícias ali apresentadas.

Em apenas cinco parágrafos curtos, o autor “eu” reforça essa imagem de “proud friend”, contrastando ao máximo a imagem do terrorista-extremista Rantisi à do ‘legítimo representante e protetor do povo israelita’, Ariel Sharon. É, pois, sintomático que a primeira emergência dessa instância discursiva seja um ‘nós’ e não um ‘eu’: “Estamos perante um caso de legítima defesa”. Voltaremos a isso mais adiante.

ELEMENTOS INTRATEXTUAIS

Consideremos os mesmos elementos analisados no caso anterior. Podemos dizer que aqui o autor retoma *assuntos* como a filosofia e os atos terroristas de Rantisi e a equiparação de Sharon a terroristas como os do Hamas (que “está na moda”), e os articula, segundo uma visão subjetiva, a fim de persuadir o leitor de que ‘a eliminação de um inimigo tão odioso como Rantisi constitui um ato de legítima defesa, e que Israel tem direito a sua defesa’ (*conteúdo*).

O autor parte de *pressuposições* trazidas pelo leitor, para contradizê-las. À pressuposição de que ‘terrorista é quem busca eliminar o inimigo’, ele opõe a idéia de que ‘terrorista é aquele que mata pessoas comuns, homens, mulheres e crianças, no seu dia-a-dia’. À pressuposição de que ‘qualquer ataque violento resultante de *intuitos assassinos* e que leve efetivamente à morte de uma ou mais pessoas é terrorismo’, ele opõe a idéia de que apenas ataques indiscriminados contra alvos civis constitui terrorismo, não os ataques seletivos feitos por representantes legítimos como Sharon.

Também aqui é esta atitude de corrigir certas ‘idéias equivocadas’ que impulsiona a *progressão temática*. O autor inicia o texto com a notícia da morte de Rantisi. Como no texto anterior, o autor dá o nome completo do indivíduo a quem se refere, mas aqui ele é já de início apontado como líder de um grupo *terrorista*. Feita a ressalva de que “nenhuma

morte deve ser desejada ou celebrada”, o autor passa a caracterizar a figura de Rantisi: seu comportamento, seus desejos, seus “intuitos assassinos”. Diferentemente do texto anterior, onde Rantisi era um intelectual, aqui Rantisi não só preparava como também “levava a cabo inúmeros ataques terroristas contra civis”. O texto apresenta premissas como: 'ser extremista é algo ainda pior do que ser terrorista', 'Dr. Rantisi era um extremista', 'quem mata pessoas comuns, homens, mulheres e crianças, que estão no meio de suas atividades diárias, merece morrer', 'Rantisi tinha, alimentava e levava a cabo intuitos assassinos', e chega rapidamente à conclusão de que 'Rantisi precisava ser eliminado'. A partir de então, o autor passa a fazer a defesa de Ariel Sharon, posicionando-se contra a “moda” de compará-lo a terroristas. Após insistir em sobrepôr a Rantisi uma imagem superlativa de terrorista, ele agora tenta livrar Sharon de tal imagem. Mas antes de prosseguir, o autor, pela primeira vez chamando a si mesmo de ‘eu’ (4^o parágrafo), afirma compreender “a necessidade de certas pessoas em explorar o desconhecimento que a maioria tem sobre este assunto”, bem como “a necessidade de se incentivar a condenação, sem mais, de todo e qualquer acto de defesa do Estado de Israel”. Ele questiona, entretanto, a falta de atenção para as “quatro diferenças” entre Sharon e os terroristas: “Sharon foi eleito pelo povo Israelita; Sharon liquidou Rantisi porque este matava civis; Sharon manda fazer ataques selectivos e não de forma indiscriminada (por esta razão Rantisi só foi liquidado quando estava sozinho com os seus guarda-costas); Sharon não é um terrorista”. Como se vê, as quatro diferenças são apenas *duas*: entre quem é e quem não é eleito pelo povo; entre quem não mata e quem mata civis. Em seu trecho final, o texto reafirma o caráter demagógico de quem explora a ignorância das pessoas e compara Sharon aos terroristas, bem como a tese de que o legítimo representante de um Estado tem direito de defendê-lo.

Também nesse texto, o autor se serve de *escolhas lexicais* que visam convencer o leitor da validade da tese defendida. Rantisi, que nunca é chamado de Doutor, como no texto anterior, foi *morto* ou *liquidado*, não assassinado. O grupo Hamas é *terrorista*, tanto quanto a Jihad Islâmica, a Al Fatah e as Brigadas dos Mártires Al Aqsa. A “eliminação” de Rantisi é não apenas um caso de “legítima defesa”, mas um caso *paradigmático* de legítima defesa. Nesse texto, também se lança mão do contraste entre duas figuras tomadas como exemplos opostos, sendo um o ideal e outro o indesejável. Talvez a oração mais representativa disso seja: “Sharon *liquidou* Rantisi porque este *matava* civis”, onde o primeiro verbo

corresponderia a “por termo a (assunto ou questão difícil, desagradável, constrangedora)” e o segundo “tirar violentamente a vida a, assassinar”. O autor insiste em fazer o leitor atentar para a diferença entre matar civis que realizam suas atividades diárias e executar “ataques selectivos e não de forma indiscriminada”. Estabelecida essa diferença, o autor argumenta que alguém que foi eleito pelo povo israelita e que, portanto, representa o Estado de Israel, por sua vez criado para proteger os judeus da ação de terroristas, tem o direito de “defender” seu Estado, tendo, é claro, o cuidado de calcular bem o alvo e não matar civis.

Um aspecto especial da sintaxe desse texto é o uso de partículas adverbiais negativas, como “não”, “nenhum”, “jamais”, “nunca”. Tais partículas são bastante usadas ao longo do texto e observa-se sua repetição em trechos como: “*Nenhuma* morte deve ser desejada, *nenhuma* morte *jamais* deve ser celebrada. No entanto...”; “a existência física do Sr. Rantisi *não* era, *não* podia ser tolerada”; “Eu compreendo a necessidade de certas pessoas em explorar o desconhecimento que a maioria tem sobre este assunto, tal como compreendo a necessidade de se incentivar a condenação, sem mais, de todo e qualquer acto de defesa do Estado de Israel. Mas *não* compreenderei *nunca* (...)”. Aparentemente, tal estrutura (não, não, porém sim / sim, sim, porém não) integra o jogo de contrastes operado pelo texto entre ‘ser’ e não ‘ser’, refletindo a missão de que o autor se incumbiu de (re-)definir certos conceitos e de mostrar claramente ao leitor onde está a ‘verdade’.

Voltando à questão do “eu”, analisemos o trecho: “*Eu* compreendo a necessidade de certas pessoas em explorar o desconhecimento que a maioria tem sobre este assunto, tal como (*eu*) compreendo a necessidade de se incentivar a condenação, sem mais, de todo e qualquer acto de defesa do Estado de Israel. Mas (*eu*) não compreenderei nunca aqueles que não têm o cuidado de atentar nas quatro diferenças que separam Sharon de qualquer terrorista: ...”. Se o autor se dispõe a explicar o que é e o que não é ser terrorista e apontar exemplos, é porque ele se dirige a pessoas que desconhecem (a verdade sobre) o assunto. E ao incentivar a condenação de Rantisi e do Hamas, de certo modo ele age como os que incentivam a condenação dos atos de defesa de Israel. Talvez por isso é que ele compreenda tais necessidades - ele próprio está compreendido nesses grupos. Se as diferenças oferecidas são apenas duas, nem ele mesmo atenta nas ‘quatro’ diferenças. Portanto, dada a fraqueza de sua argumentação, seu discurso não poderia também ser dito *demagógico*?

O texto anterior implicitamente equipara a ação do israelense à de terroristas, ao mostrá-los perseguindo e matando um Rantisi ‘civil’, que tenta levar uma vida normal. Também mostra Rantisi enquanto líder reconhecido como tal por uma multidão que chora sua morte. Deste modo, o segundo texto é radicalmente oposto ao primeiro. E isso só vem comprovar a idéia da cadeia de textos em diálogo.

CONCLUSÃO

Do diálogo travado com textos teóricos de autoria de Arrojo, Bakhtin, e Nord, entre outros, tecemos a seguinte trama: dada a indeterminação do significado e a conseqüente inexistência de um significado preservado no texto, todo intercâmbio lingüístico pressupõe a *tradução*, isto é, a apropriação do significado do outro por cada participante do diálogo. Nesse processo de traduzir, cada texto reflete um posicionamento de seu enunciador com relação a textos anteriores, ao mesmo tempo que tenta antecipar a resposta de seu futuro leitor. O posicionamento e o desejo de antecipar uma resposta caracterizam a *intenção* de cada enunciador. Mas não só os significados de um texto-diálogo são indeterminados. Também os próprios sujeitos dele participantes só se definem no jogo de identidades operado no texto. Firmado o “acordo mútuo em que estabelecem que o diferente e o diferido pode *estar* semelhante e presente” (Arrojo, 1993:59), que é pré-requisito de qualquer ato comunicativo, os participantes do texto-diálogo iniciam a busca do entendimento de sua significação. Não há, pois, diferenças entre a posição do leitor comum, do teórico, do tradutor profissional: todos têm de se sujeitar a não encontrar mais do que os significados evasivos que serão gerados durante o diálogo particular que cada um estabelecerá com o texto, e que serão tão variados quanto o permitirem suas diferentes experiências e visões de mundo, bem como seus propósitos ao entrar no diálogo.

Lançando então essa trama sobre o modelo teórico de Nord, fazendo dialogarem esses textos, derivamos um suporte para uma análise que se propôs a ‘acompanhar’ e ‘otimizar’ nossa recepção de dois textos escolhidos como *traduções* de um mesmo fato, enquanto elos da cadeia de textos definida por Bakhtin. Partindo, pois, dos elementos extra e intratextuais, interpelamos os textos em busca das atitudes e comportamentos explícitos ou implícitos do

“eu” e do “outro” enquanto posições responsivas e enquanto postulações de outras posições responsivas. Certos elementos mostraram-se mais relevantes nesse diálogo particular, por exemplo: elementos extratextuais, como emissor, meio, receptor e contexto histórico, e elementos intratextuais, como pressuposições e progressão temática, além das escolhas lexicais e sintáticas. Através desta análise, foram encontrados dois pólos responsivos opostos: o primeiro texto posicionando-se favoravelmente com relação à figura de Rantisi, especialmente como exemplo de ‘pessoa afável’, enquanto o segundo o condena radicalmente como exemplo extremo de terrorista exterminador de civis.

Acreditamos que o resultado mais interessante desse diálogo entre *traduções* de teorias e de *fatos* seja a confirmação de que os textos analisados não são produções originais, nem no sentido de falarem pela primeira vez sobre algo observado objetivamente, nem no sentido de constituírem pura e simplesmente uma visão subjetiva. Eles são, isto sim, apropriações de enunciados anteriores e visam um determinado objetivo. Os textos respondem-se uns aos outros numa cadeia infinita, mas quem possibilita o diálogo particular entre tais textos é o indivíduo.

Bibliografia

- AMARAL, André Abrantes. (2004) *Em Legítima Defesa*. in “O Observador”, 19 de abril de 2004, disponível em <http://observador.weblog.com.pt/>
- ARROJO, Rosemary. (1992) *A Desconstrução do Logocentrismo e a Origem do Significado*, in Arrojo, R. (org.), “O Signo Desconstruído: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino”, Campinas, SP, Pontes.
- ARROJO, Rosemary. (1993) *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago.
- ARROJO, Rosemary. (1997) *Asymmetrical Relations of Power and the Ethics of Translation*, TexconText, Heidelberg.
- BAKHTIN, Mikhail. (1997) *Estética da Criação Verbal*, tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed., São Paulo, Martins Fontes.
- BRANDIST, Craig. (1995) *Bakhtin, Gramsci and the Semiotics of Hegemony*, Bakhtin Centre Papers, disponível em <http://www.shef.ac.uk/uni/academic/A-C/bakh/brandist-paper.html>
- CORREIA, Pedro. (2004) *Blog, logo existo*. in “Diário de Notícias”, 25 de abril de 2004, disponível em <http://dn.sapo.pt/homepage/homepage.asp>
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1998) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MARTINS, Eleni J. (1990) *Enunciação e diálogo*, Campinas, UNICAMP.

MERRIAM-WEBSTER ONLINE, <http://www.m-w.com/>.

MARGOLICK, David. (2004) *The Nicest Terrorist I Ever Met*, in “The New York Times”, 21 de abril de 2004.

NORD, Christiane.(1991) *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-oriented Text Analysis*, Rodopi, Amsterdam-Atlanta, GA, 1991.

Anexo

Texto 1

The Nicest Terrorist I Ever Met

When I interviewed Abdel Aziz Rantisi a year and a half ago in Gaza, the interpreter who accompanied me made one request: that our cab remain parked conspicuously in front of his apartment, in a quiet and pleasant residential neighborhood there. That way, she figured, the pilots of any Israeli helicopters hovering nearby would see there were journalists visiting, and would hold off killing Dr. Rantisi, then the chief spokesman for the militant group Hamas, at least until we'd left.

Of course, given the vast network of Israeli informants in Gaza and the West Bank, such precautions were probably unnecessary; the Israelis surely knew we were there. Last Saturday night, one such informant was presumably on the line with Israeli intelligence the precise moment Dr. Rantisi left his apartment and got into his car. An Apache helicopter promptly materialized and pulverized the vehicle. A month after succeeding the similarly assassinated Sheik Ahmed Yassin as head of Hamas, Dr. Rantisi, too, was dead. His successor, apparently already selected, has wisely remained unidentified.

This week, as thousands of chanting Palestinians bade goodbye to Dr. Rantisi, a pediatrician by trade, I recalled our visit. A few hours before the interview we'd been with Muhammad Dahlan, then head of security in Gaza for the Palestinian Authority, and the contrast between the two men epitomized the entities they represented. The dapper Mr. Dahlan held a Marlboro in his manicured hand and served us coffee with cardamom in his luxurious office. Dr. Rantisi, on the other hand, wore drab street clothes and sandals. His dimly lighted apartment was just as austere, with a fax machine the only accouterment.

For all of Dr. Rantisi's incendiary rhetoric, there was a surprising serenity to him, the serenity of fatalism and faith. His security was lax. The helicopters could come any moment, he said, but he'd not changed his life; he still lectured every week at the local university, still had his grandchildren staying with him. Shortly after our meeting, as the Israelis started going after members of Hamas' political wing, he, too, went underground and had already survived one assassination attempt when his time finally came. A small crater in a Gazan street undoubtedly marks the spot where he was hit. He managed to reach a hospital before dying.

Entering Dr. Rantisi's home that day, I wondered how I would feel shaking the hand of someone who blew up Jewish children. I wondered, too, how he would feel about giving yet another interview to yet another American Jew, whose objectivity he surely questioned. But even killers can be charming, and reporters are disconcertingly adaptable. There was a gentle affability to Dr. Rantisi. The interpreter quickly became superfluous. He spoke

English softly, musically, imperfectly but painstakingly. Though our talk was of targeted killings, he sometimes even laughed.

He described the degradation of occupation: the loss of lives and dignity, the dead Palestinian children, the uprooted trees, the bulldozed land, the desecrated holy places. The "martyrdom bombings" were retaliatory, he insisted, responses to Israeli murders and massacres. He spoke the language of the freedom fighter. "We are doing the same now that the French did to the Germans, and the Algerians to resist the French, and Vietnam to resist the Americans," he said. Taken in a vacuum, his reasoning was seductive. One could see how he charmed left-wing European journalists, including a crew of Englishmen there with us.

But there was something sinister and cynical in his choice of words — or, more accurately, one word: occupation. To most of the world, he knew, occupation was what happened to the Palestinians in 1967, when Israel took over the West Bank and Gaza. The very word suggests temporariness, compromise. But to him and the organization he'd helped found, the occupation dated back not to 1967 and not even to 1948, when the state of Israel was created, but decades before that, to when the Zionists began buying up dunums and hectares of Mandatory Palestine. All of Israel was occupied territory. Dr. Rantisi talked of truces, but they were meaningless. His peace plan was simple: five million Jews should leave. Then there would be peace. Until then, there would be jihad.

To him, all Israeli leaders were alike. Ehud Barak had done nothing for peace, he said. Shimon Peres was every bit the killer Ariel Sharon was, only smoother. And the most dovish Israeli politician of all, Yossi Beilin, was merely Mr. Peres's disciple. (In a sense, Dr. Rantisi was posthumously vindicated, for Mr. Peres was among those who applauded his killing.) To Dr. Rantisi, what differentiated Prime Minister Sharon wasn't his convictions, which were run-of-the-mill Zionist, but his stupidity. With every targeted killing, he said, Hamas only grew stronger; increasingly, its leaders were underground, beyond Israeli eyes. Now, with two of the group's pillars eliminated, Dr. Rantisi's thesis will be put to the test.

"The history will write Sharon is the first one who started destroying Israel," he told me. "And if you will live — I hope so — for 120 years, you will see that." As he spoke to me, he laughed almost affectionately, as if he really meant it. Imagine that: the future head of Hamas wishing me a long life. All I had to do was to stay off the wrong Israeli bus.

David Margolick is a contributing editor at Vanity Fair.

Texto 2

Em Legítima Defesa

No passado Sábado foi morto Abdel Aziz Rantisi, o novo líder do grupo terrorista Hamas. Nenhuma morte deve ser desejada, nenhuma morte jamais deve ser celebrada. No entanto, Rantisi, tal como toda a filosofia que sustenta o Hamas, sempre desejou a destruição, pura e simples, de Israel. Ele não era apenas um terrorista. Era também um extremista.

Rantisi queria espalhar o terror em Israel e para tal, preparava e levava a cabo inúmeros ataques terroristas contra civis, homens, mulheres e crianças, quando se preparavam para apanhar um autocarro, para se sentar numa esplanada, para fazer as compras semanais num qualquer supermercado em Israel.

Colocada a questão nestes termos e com os intuitos assassinos que tinha e alimentava, a existência física do Sr. Rantisi não era, não podia ser tolerada. Estamos aqui perante um paradigmático caso de legítima defesa.

Está na moda comparar o primeiro ministro de Israel, Ariel Sharon, aos terroristas da Jihad Islâmica, da Al Fatah, do Hamas e das Brigadas do Mártires Al Aqsa. Eu compreendo a necessidade de certas pessoas em explorar o desconhecimento que a maioria tem sobre este assunto, tal como compreendo a necessidade de se incentivar a condenação, sem mais, de todo e qualquer acto de defesa do Estado de Israel. Mas não compreenderei nunca aqueles que não têm o cuidado de atentar nas quatro diferenças que separam Sharon de qualquer terrorista: Sharon foi eleito pelo povo Israelita; Sharon liquidou Rantisi porque este matava civis; Sharon manda fazer ataques selectivos e não de forma indiscriminada (por esta razão Rantisi só foi liquidado quando estava sozinho com os seus guarda-costas); Sharon não é um terrorista.

Comparar Sharon com os terroristas é demagogia pura que procura explorar a ignorância das pessoas. Comparar Sharon com os terroristas é esquecer que o Estado de Israel foi criado para proteger os judeus de pessoas como os líderes do Hamas. Comparar Sharon ao terroristas é partir do princípio que todos os Estados, menos Israel, têm direito à sua defesa.